

Violência Doméstica  
Cabeçalho do Processo  
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais  
Processo n.º 67890-54.2024.8.13.0000  
Ação de Proteção e Medida Protetiva

Autora: Ana Beatriz Oliveira  
Réu: Pedro Henrique Costa  
Juiz: Dr. Roberto T. Lima

## 1. Denúncia Inicial

### Resumo dos Fatos

A autora, Sra. Ana Beatriz Oliveira, denuncia seu cônjuge, o Sr. Pedro Henrique Costa, por agressão física e psicológica continuada. A vítima relata incidentes em que o réu, em momentos de irritação, a agredia verbal e fisicamente. Tais episódios teriam se intensificado ao longo dos últimos dois anos, culminando em uma agressão grave em 2 de agosto de 2024, quando a autora procurou atendimento médico e registrou um boletim de ocorrência.

### Fundamentação

Baseada na Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/06), a autora solicita a aplicação de medidas protetivas e o afastamento imediato do réu do lar conjugal, justificando a existência de risco iminente à sua integridade física e psicológica.

## 2. Resposta da Defesa

### Argumentos da Defesa

O réu, representado por sua defesa, nega categoricamente as acusações de agressão física, afirmando que as discussões foram apenas verbais. A defesa alega que o boletim de ocorrência foi motivado por uma tentativa da autora de obter vantagem em uma disputa de guarda dos filhos do casal.

### Provas Preliminares da Defesa

Testemunhos de familiares, afirmando que nunca presenciaram agressão física.

Relatos de amigos do réu, que o descrevem como pacífico e afirmam que a autora mencionou o desejo de afastá-lo.

## 3. Descobertas de Provas

### Provas Apresentadas pela Acusação

Laudo médico com fotografias de hematomas no rosto e nos braços da autora, datado do dia do incidente.

Mensagens de texto ameaçadoras enviadas pelo réu, exigindo que a autora "obedecesse" ou enfrentasse "consequências".

### Provas Apresentadas pela Defesa

Registros de conversas onde a autora comenta com amigas sobre "ir embora com as crianças".

Depoimento do irmão do réu, afirmando que a relação entre o casal já estava desgastada, mas sem violência.

## 4. Sentença

### Fundamentação do Juiz

Diante das evidências de lesões e das mensagens ameaçadoras, o juiz considerou que os elementos probatórios apontam para a presença de agressão física e psicológica. A fundamentação apoiou-se na proteção integral da integridade da vítima, segundo a Lei Maria da Penha.

#### Decisão

O juiz determina o afastamento imediato do réu, estabelecendo distância mínima de 300 metros entre ele e a autora, além da proibição de contato direto ou indireto. Concedeu também medida protetiva em favor dos filhos.

#### 5. Apelação

##### Argumentação da Defesa

O réu apela, contestando a medida de distância e argumentando que necessita ver seus filhos. A defesa pleiteia ao menos o direito a visitas supervisionadas.

#### 6. Decisão de Apelação

O Tribunal mantém a medida protetiva, com uma adaptação para que o réu tenha visitas supervisionadas às crianças, em local acordado previamente.

#### Estruturas para os Outros Casos:

Propriedade Intelectual: Exploração de uma patente em disputa com empresa rival, apresentação de provas de similaridade de produto e argumentações de ambas as partes para proteger ou contestar a patente.

Contrato Comercial: Um caso entre duas empresas sobre falhas de cumprimento de prazo em contrato de fornecimento, incluindo provas documentais, e-mails e decisões que estipulam compensações financeiras.

Disputa de Propriedade: Um conflito de vizinhança sobre invasão de propriedade, com análise de mapas, depoimentos de moradores e decisão para restabelecer limites.

Processo Criminal por Agressão: Caso de agressão em local público com uso de filmagens e testemunhos, defesa alegando legítima defesa e sentença de detenção reduzida.